



*[Handwritten signature]*

**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO  
CÂMARA MUNICIPAL**

**ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA  
18 DE FEVEREIRO DE 2020**

N.º 04/2020

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.  
Urbano Salgueiro Vidal e Norberto Pinto Teixeira. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:30 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



## SUMÁRIO

Pág.

### I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1 – Resposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado aos requerimentos apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Norberto Pinto Teixeira 5

### II – ORDEM DO DIA

#### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Requerimentos apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles – Esclarecimentos..... 6
- 2 – Procedimento de Orçamento Participativo – 2020..... 8
- 3 – Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição – 2019..... 11

#### DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- 4 – Automóvel Clube de Portugal (ACP) – Prova Maratona – 500 Milhas ACP – Emissão de Parecer..... 11
- 5 – Endless Ways, Lda – Animação Turística “ Raid O Caminho mais Longo 2020” – Emissão de Parecer..... 12

#### Tesouraria

- 6 – Demonstração de Desempenho Orçamental de 31 de janeiro a 13 de fevereiro de 2020... 13

#### DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- 7 – Publicação no Diário da República do Extrato do Contrato de Prospeção e Pesquisa de Depósitos Minerais de Tungsténio, Estanho e outros Minérios Metálicos – Proc. MN/PP005/19 “Mouços”..... 14
- 8 – Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes para Contratação das Ações Comuns no Âmbito da Candidatura “Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português Interior de Santiago” – Prestação de Serviços de Promoção..... 17



9 – Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes para Contratação das Ações Comuns no Âmbito da Candidatura “Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português Interior de Santiago” – Prestação de Serviços de Elaboração de Manuais e Capacitação de Recursos Humanos .....	19
10 – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde em fase de Obra da Empreitada “Construção de Parque de Caravanismo – Santa Marta de Penaguião” – Ratificação do Despacho.....	20
11 – “Construção de Parque de Caravanismo – Santa Marta de Penaguião” – Nomeação do Coordenador de Segurança em Obra – Ratificação do Despacho .....	22
12 – “Construção de Parque de Caravanismo – Santa Marta de Penaguião” – Nomeação do Diretor de Fiscalização da Obra – Ratificação do Despacho .....	23

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,  
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

**Serviço do Desporto**

13 – Grupo Cultural e Desportivo de Sever – Programa de Desenvolvimento Desportivo para a Época 2019/2020 – Taekwondo.....	25
14 – Grupo Cultural e Desportivo de Sever – 1º Seminário Taekwondo para Todos e 1ª e 2ª Jornadas da Liga da Associação Portugal Taekwondo Norte (PNT) – Pedido de Comparticipação Financeira.....	26
15 – Grupo Cultural e Desportivo de Sever – TAEKWONDO – Ranking Nacional.....	27
16 – Clube de BTT Trilhos de Penaguião – Plano de Atividades/Encargos Financeiros Época Desportiva 2020 – Pedido de Comparticipação Financeira.....	28

**Serviço da Ação Social**

17 – Centro Social e Paroquial de Santa Eulália da Cumieira – Construção de Sistema de Bombagem de Águas Residuais Domésticas – Pedido de Comparticipação Financeira...	29
---	----



**Serviço do Turismo**

18 – AMREN2 – Associação Municipal da Rota da Estrada Nacional 2 – Participação na BTL 2020 – Comparticipação Financeira.....	30
--	----

**APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO**

19 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião .....	32
---	----



## I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**Resposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado aos requerimentos apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Norberto Pinto Teixeira**

----- 1 – Relativamente às declarações apresentadas pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Norberto Pinto Teixeira, no período “antes da ordem do dia” na reunião ordinária de 04 de fevereiro de 2020, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, apresentou o documento do seguinte teor: -----

----- “Resposta ao pedido de esclarecimento apresentado pelo Senhor Vereador Norberto Teixeira, na reunião de Câmara Municipal de 4 de fevereiro de 2020. -----

----- Sobre o pedido de esclarecimento apresentado na reunião de Câmara, realizada no passado dia 4 de Fevereiro, cumpre informar: -----

----- 1. A frase à qual o Senhor Vereador faz referência, a saber: “De facto temos alguma dificuldade de explicar ao PSD o que acontece no nosso concelho, porque não o conhecem”, convém referir que este comentário se dirige única e exclusivamente aos representantes do PSD nos órgãos municipais presentes na sessão da Assembleia Municipal em questão. -----

----- Naturalmente todos os penaguienses têm o direito à sua escolha e militância político-partidária, e nenhum anda com o rótulo colado na testa, pelo que se comprova que a declaração proferida foi dirigida a um grupo de autarcas com responsabilidades de representação partidária, e não pode de maneira nenhuma ser extensível aos penaguienses em geral. Este comentário é já por si uma tentativa desesperada de enganar as pessoas e criar ânimos hostis à governação local.

----- 2. Relativamente à pergunta em concreto junta-se informação dos serviços jurídicos do município.” -----

----- Informação dos Serviços Jurídicos do Município, com o seguinte teor: -----

----- “Por solicitação do Exmo. Senhor Presidente, venho informar o seguinte: -----

----- A Providência Cautelar intentada em julho de 2019 contra a Senhora D<sup>a</sup> Agostinha Glória Ribeiro dos Santos, e decretada em setembro do mesmo ano, foi levantada pela Ré. -----

----- Neste sentido o Ilustre Advogado, Dr. Cesário Mesquita Ferreira, aconselhou, ao que o Município acedeu, intentar recurso dessa decisão. -----



----- Neste momento, encontramos-nos a aguardar a decisão do recurso pelo Tribunal da Relação de Guimarães. -----

----- Portanto, consideramos que as afirmações apenas no pedido de esclarecimento do Senhor Vereador Norberto Pinto Teixeira não correspondem à verdade, na medida em que o processo não se encontra ainda concluso, na medida em que se encontra ainda pendente de uma decisão do Tribunal Superior." -----

## II – ORDEM DO DIA

### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### Requerimentos apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles – Esclarecimentos

----- 1 – Presente à reunião informação dos Serviços do Ambiente, com o seguinte teor: -----

----- "I - Pretensão: -----

----- A pretensão tem por objetivo os seguintes pontos: -----

----- 1. Ponto Dois do requerimento efetuado na Ata de reunião de Câmara n.º 20 de 17/09/2019: Informação sobre apoios à esterilização animal. -----

----- 2. Ponto Quatro do requerimento efetuado na Ata de reunião de Câmara n.º 16 de 16/07/2019: Informações sobre uma desmatção de um talude na rede viária que liga a conexão para o Lugar da Fábrica. -----

----- 3. Requerimento n.º 1 efetuado na Ata de reunião de Câmara n.º 22 de 15/10/2019: Informação sobre a substituição da bomba elevatória do Centro Social e Paroquial de Santa Eulália. -----

----- II - Enquadramento e Análise da Pretensão: -----

----- 2.1. Relativamente ao solicitado no passado dia 06/01/2020, sobre o requerimento apresentado pelo Sr. Vereador Daniel Teles, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- 2.1.1. Ponto 1 da presente informação, sobre apoios à esterilização animal: -----

----- a) O n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, estabelece a promoção de campanhas de esterilização de animais errantes, como forma privilegiada de controlo da sua



população, com o objetivo de, a prazo, assegurar a eliminação do recurso à eutanásia para o efeito. -----

---- b) A esterilização só pode ser feita em instalações adequadas de um Centro de Recolha e Proteção Animal (CRO) ou num centro de atendimento médico veterinário autorizado para o efeito.

---- c) Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da referida Lei todos, os animais que sejam recolhidos pelos centros de recolha oficial de animais de companhia (CRO) e que não sejam reclamados, no prazo de 15 dias a contar da data da sua recolha, devem ser esterilizados e, posteriormente, encaminhados para a adoção. -----

---- d) O Despacho n.º 3283/2018, de 03/04/2018 diz respeito à Campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia, podendo beneficiar do apoio financeiro os municípios e as entidades gestoras de centros de recolha oficial de animais de companhia (CRO) intermunicipais, autorizados nos termos do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, na sua redação atual. ----

---- e) Na sequência do concurso público internacional para a prestação de serviços de Gestão de Resíduos Urbanos e Higiene Urbana do Vale do Douro Norte, cujo lote 3 diz respeito à gestão do Centro de Recolha e Proteção Animal do Vale do Douro Norte (CRPAVDN), foi adjudicado à empresa FOCSA, de acordo com a informação da AMVDN e contrato assinado em 1 de Outubro de 2014. O contrato respeitante a esta prestação de serviços (A1403), foi visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Julho de 2015. -----

---- f) O CRO do Vale do Douro Norte, tem como objetivo principal a recolha de animais que se encontram desprotegidos na via pública, nos diferentes Municípios pertencentes à AMVDN, tendo em conta as novas exigências de apoio aos animais abandonados, enquadrada na última legislação publicada, proporcionando-lhes abrigo, assistência médica e alimentação, até posterior decisão quanto ao seu encaminhamento / adoção. -----

----g) Tendo a AMVDN efetuado a candidatura para a esterilização para o CRO, a gestão passa toda pelo CRO da AMVDN, não tendo o município capacidade técnica e operacional para efetuar a respetiva esterilização. -----

---- 2.1.2. Ponto 2 da presente informação, relativo à desmatação de um talude na rede viária para o Lugar da Fábrica: -----

---- Relativamente a este ponto, sou a informar que se trata de corte de árvores de uma parcela de terreno privado, não carecendo de intervenção deste município. -----



----- 2.1.3. Ponto 3 da presente informação, relativo ao pedido de informação sobre a substituição da bomba elevatória do Centro Social e Paroquial de Santa Eulália. -----

----- Sobre este assunto cumpre-me informar que, durante o ano de 2019, foram solicitados 2 serviços de despejo de fossa do Centro Social e Paroquial Santa Eulália. Através das fichas de serviço operacional, verifica-se tratar-se de serviços de despejo de fossa efetuados nos dias 15/04/2019 e 10/10/2019. -----

----- Quanto à questão de um sistema de bombagem existente, subsiste total desconhecimento, uma vez que se trata de um dispositivo interno que deve ser reparado / substituído pelo proprietário do imóvel, não fazendo parte do sistema público de drenagem de águas residuais.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

#### **Procedimento de Orçamento Participativo – 2020**

----- 2 – Presente à reunião informação dos Serviços Jurídicos, com o seguinte teor: -----

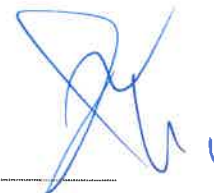
----- “Introdução: -----

----- No seguimento do procedimento para a implementação do Orçamento Participativo Municipal para o ano de 2020, onde foram criados mecanismos administrativos de operacionalização deste modelo de gestão alargada aos cidadãos - como o regulamento municipal e a plataforma de inscrição e votação - cumpre decidir da continuidade deste projeto, no caso para o ano de 2020. -

----- O que está em causa é a possibilidade prática dos cidadãos intervirem, participando coletivamente, no orçamento do município. Os cidadãos têm no Orçamento Participativo a possibilidade de expressarem, eles mesmos, a sua própria vontade e de avaliarem se as suas propostas são executadas ou não, uma vez que será a administração pública municipal que dispõe dos meios técnicos e materiais para as executar, ou seja, mediante a apresentação de propostas, os cidadãos têm o poder de decidir como devem ser investidas certas verbas no orçamento público local. -----

----- Este mecanismo democrático tem como principais objetivos reforçar a qualidade da democracia, valorizando a democracia participativa no quadro da Constituição da República

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**



Portuguesa (cfr. artigos 2º e 48º); envolver os cidadãos nos processos de decisão, promovendo uma participação ativa e informada e estimular a coesão económica e social, potenciando o surgimento de projetos que liguem pessoas de diferentes territórios (vide artigo 2º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2017). -----

----- Fundamentação: -----

----- O Orçamento Participativo numa primeira fase é consultivo, pois os cidadãos são ouvidos sobre os investimentos públicos a realizar, e posteriormente, numa segunda fase é deliberativo, no qual os cidadãos podem apresentar propostas que se transformam, posteriormente, em projetos, e decidem, mediante o direito de voto, em que área será investida uma parte do orçamento público do Município. -----

----- Para a edição deste ano do Orçamento Participativo, será necessário elaborar-se as normas de participação no Orçamento Participativo, onde se definirá as áreas de participação coletiva em orçamento; quem poderá apresentar as propostas e votar os projetos; de que forma se realizará a votação (através de plataforma, em princípio); a forma e moldes que deverão respeitar as propostas a apresentar, como serem propostas concretas e exequíveis, por exemplo, entre outras regras. -----

----- Posto isto, seguem-se as fases relativas ao Orçamento Participativo, propriamente dito. As fases do Orçamento Participativo passam por: 1ª. encontros participativos (ou assembleias participativas), onde existe uma sessão de esclarecimento sobre o que se trata no orçamento participativo e a sua abrangência e um debate presencial entre os cidadãos para apresentação de propostas abertura de inscrições – de 2 a 20 de março; 2ª. apresentação de propostas – 30 de março a 30 de abril; 3ª. análise técnica pelos serviços municipais e sua transformação em projetos pelos respetivos serviços com competência nas áreas das propostas – 2 de maio a 31 de maio; 4ª. período de reclamações – 1 a 23 de junho; 5ª. decisão sobre as reclamações – até 30 de junho; 6ª. votação dos projetos, escolhendo o projeto considerado mais importante em cada uma das áreas em que as propostas podem ser apresentadas – 3 de julho a 28 de julho; 8ª. anúncio ao público dos projetos vencedores – 31 de agosto. <sup>1</sup> (As datas apostas são meramente indicativas, no entanto, foram pensadas estrategicamente

para assegurar que as fases sejam completadas e exequíveis com tempo suficiente.) -----

----- Findas as fases descritas, estão reunidas as condições para a execução dos projetos inclusos no Orçamento Municipal, em virtude de Orçamento Participativo para 2020. -----

----- Proposta: -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**



----- Nestes termos, propõe-se, caso mereça a concordância do Exmo. Senhor Presidente, que a Câmara delibere no sentido de definir a dotação do orçamento participativo para 2020, os temas sobre os quais é permitido apresentar candidaturas e os elementos que constituirão a comissão técnica. -----

----- Após deliberação sobre os assuntos supra identificados, deverá a Câmara Municipal deliberar a aprovação das normas de procedimento e participação do Orçamento Participativo." -----

**----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----**

----- O Senhor Vereador do PPD/PSD, Norberto Pinto Teixeira, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- *"Tratando-se de uma proposta do PSD naturalmente apoiamos esta iniciativa. Contudo aguardamos um melhor desempenho do Município na efetiva implementação desta ação uma vez que no ano transato o concurso ficou deserto ao contrário do que acontece nos inúmeros Municípios que implementam este modelo pelo que o Vereador do PSD pede maior empenho na adesão a esta medida."* -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, disse, que relativamente ao orçamento participativo implementado em 2019 foram realizados todos os procedimentos, designadamente, Encontro Participativo, a distribuição de flyers, a criação do site que engloba e divulga/publicita todo o procedimento, convites enviados por correio eletrónico e publicação nos jornais (regionais e nacionais), aliás conforme consta no ponto 1 da Ata n.º 2 de 21 de janeiro de 2020. -----

----- Disse ainda, considerando que o desempenho do Município foi ativo e cumpriu todas as normas, a afirmação do Senhor Vereador carece assim de verdade. -----



**Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto  
do Direito de Oposição – 2019**

----- 3 – Presente à reunião Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição – 2019, para conhecimento do Executivo Municipal, em cumprimento do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento e enviar o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição – 2019, ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre ele se pronunciem, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98 de 26 de maio.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Automóvel Clube de Portugal (ACP) – Prova  
Maratona – 500 Milhas ACP – Emissão de Parecer**

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O Automóvel Clube de Portugal (ACP), com sede na Rua Rosa Araújo, 24, Lisboa, pretende realizar a sua Prova Maratona, denominada “ 500 Milhas ACP”, prova de regularidade para automóveis clássicos, que se realiza nos dias 1 e 2 de Maio de 2020, com partida da Maia e termina em Palmela. -----

----- De acordo com o artigo 7.º do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, o pedido de autorização para a realização desta prova é apresentado na Câmara Municipal do Concelho onde a atividade se realiza ou tem o seu termo, no caso de abranger mais de um Concelho, ou seja, no caso em apreço na Câmara Municipal de Palmela. -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**



----- Uma vez que, este Município tem jurisdição nas vias onde se realiza esta prova, compete à Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea e) no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Regulamentar referido, emitir parecer quanto à utilização da via pública, o qual, conforme os n.ºs 3 e 4 do artigo 8.º, deve ter em conta: -----

----- 1 – O interesse da atividade em causa relativamente ao interesse de garantir a liberdade de circulação e normalidade do trânsito; -----

----- 2 – O número de participantes; -----

----- 3 – A importância das vias envolvidas no que respeita à capacidade de escoamento de tráfego; e -----

----- 4 – A segurança e a fluidez da circulação.” -----

----- Assim nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005 de 24 de março, deve o pedido ser presente à reunião do Executivo Municipal com vista a tomar deliberação quanto ao parecer a que se refere a alínea e) do n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma, quanto à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização da prova desportiva referida.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, dar parecer favorável à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização do evento “500 Milhas ACP”. ----**

**Endless Ways, Lda – Animação Turística “Raid O Caminho mais Longo 2020” – Emissão de Parecer**

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “A Endless Ways, Lda, uma agência de viagens especializada em Turismo Aventura, com sede na Rua Vale de Choupas, n.º 21, Concelho de Azeitão, pretende realizar o evento “ Raid O Caminho mais Longo 2020”, que terá duas edições em 2020, sendo a primeira no dia 2 a 5 de abril de 2020 e a segunda no dia 12 a 15 de novembro de 2020, com partida de Chaves e chegada em São Brás de Alportel. -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**



----- De acordo com o artigo 7.º do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março, o pedido de autorização para a realização desta prova é apresentado na Câmara Municipal do Concelho onde a atividade se realiza ou tem o seu termo, no caso de abranger mais de um Concelho, ou seja, no caso em apreço na Câmara Municipal de São Brás de Alportel. -----

----- Uma vez que, este Município tem jurisdição nas vias onde se realiza esta prova, compete à Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea e) no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Regulamentar referido, emitir parecer quanto à utilização da via pública, o qual, conforme os n.ºs 3 e 4 do artigo 8.º, deve ter em conta: -----

----- 1 – O interesse da atividade em causa relativamente ao interesse de garantir a liberdade de circulação e normalidade do trânsito; -----

----- 2 – O número de participantes; -----

----- 3 – A importância das vias envolvidas no que respeita à capacidade de escoamento de tráfego; e -----

----- 4 – A segurança e a fluidez da circulação. -----

----- Assim nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005 de 24 de março, deve o pedido ser presente à reunião do Executivo Municipal com vista a tomar deliberação quanto ao parecer a que se refere a alínea e) do n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma, quanto à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização da prova desportiva referida." -----

**----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, dar parecer favorável à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização do evento "Raid O Caminho mais Longo 2020"-----**

**Tesouraria**

**Demonstração de Desempenho Orçamental**  
**de 31 de janeiro a 13 de fevereiro de 2020**

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Demonstração de Desempenho Orçamental de 31 de janeiro a 13 de fevereiro de 2020, o qual apresenta os seguintes valores: -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**



Demonstração de Desempenho Orçamental			Data:	2020.02.13
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		159 490,83	Despesas Orçamentais	575 775,82
Execução orçamental	44 584,49		Correntes	475 620,66
Operações de tesouraria	114 906,34		Capital	100 155,16
Receitas Orçamentais		635 053,59	Operações de tesouraria	31 368,78
Correntes	574 918,59		Saldo para o dia seguinte:	206 197,67
Capital	60 135,00		Execução orçamental	103 862,26
Operações de tesouraria		18 797,85	Operações de tesouraria	102 335,41
Total		813 342,27	Total	813 342,27

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA**

**Publicação no Diário da República do Extrato do  
Contrato de Prospeção e Pesquisa de Depósitos  
Minerais de Tungsténio, Estanho e outros Minérios  
Metálicos – Proc. MN/PP005/19 “Mouços”**

----- 7 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – Enquadramento -----

----- IA – Processo PP/005/19 “Mouços” -----

----- Na sequência do solicitado no ofício com o n.º 4865 de 18 de maio de 2018 da DGEG, (Proc.º MN/PPPP/0466 “Mouços” – Procedimento de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de tungsténio, estanho e outros minerais metálicos requeridos pela empresa MINERÁLIA – Minas, Geotecnia e Construções Lda), o Município de Santa Marta de Penaguião veio comunicar através do ofício n.º 567 de 29 de junho de 2019, a sua posição, ou seja: -----



- O Município não se opunha à presente pretensão de atribuição dos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais publicado sob o aviso n.º 6679/2018 da 2.ª Série do Diário da República, n.º 96, de 18 de maio de 2018, desde que sejam, observadas as normas legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, com especial referência para o cumprimento das especificações e requisitos constantes nos respetivos Instrumentos de Gestão do Territorial (IGT), do qual se destaca o Plano Diretor Municipal de Santa Marta de Penaguião (PDM) cuja, revisão foi publicada através de aviso n.º 779/2011, de 7 de janeiro, principalmente no que respeita às suas servidões administrativas e restrições de utilidade pública incorporadas na Carta de Condicionantes". -----
- Antes do início dos trabalhos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, informassem o Município, do início e término dos mesmos, da cartografia dos locais amostrados / sondados, respetivas dimensões e seus resultados das análises laboratoriais". -----
- No final deste período fosse elaborado e implementado um Plano de Recuperação Ambiental / Paisagístico dos locais onde se verificou a abertura de trincheiras e consequente reposição de terras e a entrega de um dossier final com as avaliações e conclusões advindas dos resultados deste período de prospeção e pesquisa de depósitos minerais neste Concelho". -----
- No caso de prorrogação ou de atribuição de novos direitos de prospeção e pesquisa a título experimental solicitou-se que fosse cumprido igualmente as premissas anteriores acompanhado de um novo pedido de pronúncia a este Município. Caso a prospeção e pesquisa se preveja impactante deve ser avaliada a necessidade da elaboração de um Estudo de Impacte Ambiental com consulta pública. -----
- Sugeriu-se que fossem envolvidas as Entidades com responsabilidades no conhecimento, preservação, proteção e salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e ambientais locais como a Direção Regional da Cultura do Norte (DRCN) a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), o Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte (DCNF-N), a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA). -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**

- Numa eventual concessão definitiva para exploração, deveria ser precedida de sessões públicas locais com o escopo de divulgar o plano geral de intervenção, garantindo-se, a participação pública da população, uma vez que, a atribuição de quaisquer direitos, tem reflexos diretos na esfera patrimonial de terceiros. -----
- Os termos e condições no âmbito da concessão (atribuição de "royalty" aos Municípios, empregabilidade de residentes locais e aspetos legais como a obtenção de Licenças Ambientais para a Exploração, Plano de Gestão e Resíduos e Implementação de um Plano de Recuperação Ambiental/Paisagístico num período pós exploração) deverão ser clausulados no Cadernos de Encargos do respetivo procedimento concursal. -----

----- II – Localização -----

----- Os direitos de prospeção e pesquisa de mineral designado por "Mouços" abrange uma área atual contratada de 85, 340 km<sup>2</sup> dos concelhos de Vila Real e de Santa Marta de Penaguião, abrangendo a área norte deste último concelho, conforme se pode verificar nas figuras seguintes.

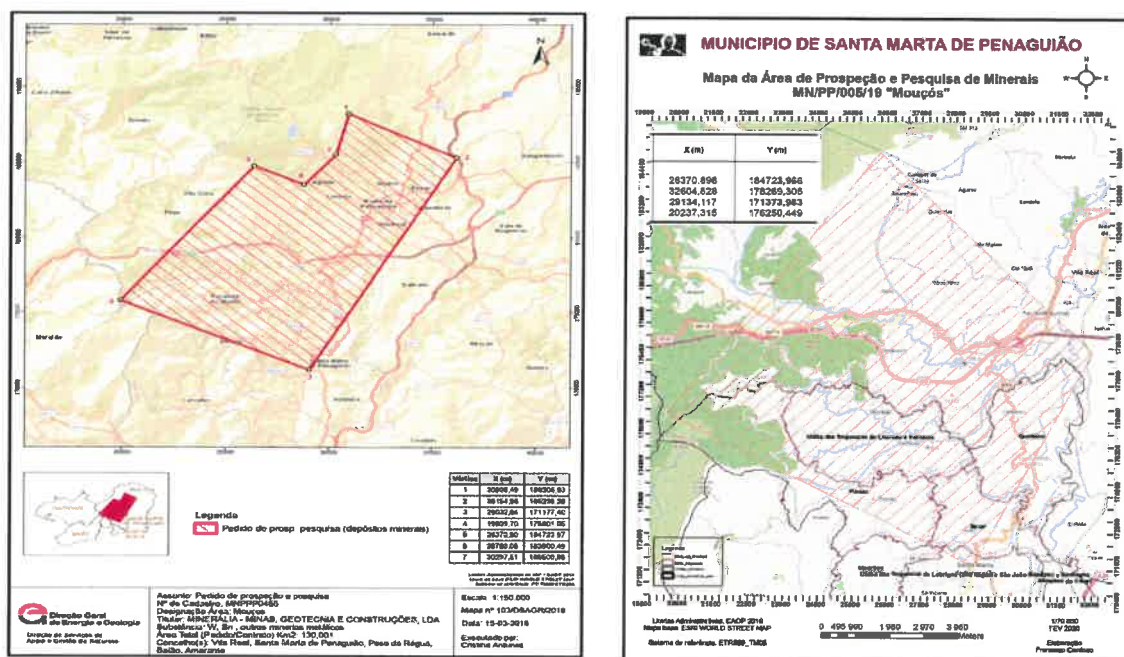


Figura 1 e 2 - Abrangência territorial inicial do Proc.º MN/PPPP/0466 "Mouços" e atual contratada MN/PP/005/19 "Mouços".

----- III - Conclusões / recomendações -----

----- Face ao exposto, designadamente de pesquisa e prospeção de depósitos de minerais e de minerais, sou do entendimento que o Município não se deve opor relativamente ao contrato de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de minerais, n.º cadastro MN/PP/005/19 «Mouços»,

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**



celebrado em 8 de outubro de 2019, ressaltando igualmente para o cumprimento por parte da Entidade Proponente dos pontos mencionados no subtítulo IA da presente informação, ou seja: --

- a manutenção da posição emanada no ofício anterior n.º 567 de 29 de junho de 2019 para a presente contratação de atribuição dos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais publicado sob o Contrato (extrato) n.º 8/2020, da 2.ª Série do Diário da República, n.º 13 de 20 de janeiro de 2020. -----

---- Propõe-se que seja dado conhecimento da presente informação técnica ao requerente (Direção Geral de Energia e Geologia – DGEG).” -----

---- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

---- O Senhor Vereador do PPD/PSD, Norberto Pinto Teixeira, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

---- *“O Senhor Vereador do PSD, manifesta-se frontalmente contra considerando que a área pertence ao Alto Douro Vinhateiro e nunca foi dado conhecimento público de intenção de fazer prospeções e pesquisa de depósitos minerais e Tungsténio, Estanho e outros minerais metálicos.* -----

---- *Pedimos, pois, para que não seja concedida licença de prospeção.*” -----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, disse: *“competem-nos informar que a área em questão não pertence ao Alto Douro Vinhateiro. A afirmação do Senhor Vereador revela desconhecimento do território e da sua gestão.”* -----

**Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes para  
Contratação das Ações Comuns no Âmbito da Candidatura  
“Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português Interior  
de Santiago” – Prestação de Serviços de Promoção**

---- 8 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**



----- “I – Enquadramento -----

----- Analisada a viabilidade da concretização de aquisições em conjunto, por parte dos municípios que apresentaram uma candidatura para Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português Interior de Santiago, aprovada no âmbito da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, relativamente à consulta prévia para a contratação de “Prestação de serviços de promoção do Caminho Português Interior de Santiago”. -----

----- Verificada a possibilidade estatuída no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação mais atual, de constituir um agrupamento de entidades adjudicantes, agregando os Municípios de Castro Daire, Chaves, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Viseu com vista ao procedimento de formação de um contrato de “Prestação de serviços de promoção do Caminho Português Interior de Santiago”. -----

----- Sendo necessário nomear um representante do Agrupamento de Entidades Adjudicantes. ---

----- Considerando ainda que importa aprovar um regulamento de funcionamento do Agrupamento de Entidades Adjudicantes. -----

----- II – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em face do exposto, tenho a honra de propor, que a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião delibere: -----

----- 1. Sobre a integração do Município de Santa Marta de Penaguião no agrupamento de entidades adjudicantes, conforme exposto; -----

----- 2. Autorizar que, constituído o Agrupamento, este nomeie o Município de Vila Pouca de Aguiar como mandatário e que lhe sejam delegadas as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do procedimento pré-contratual, a elaboração das peças do procedimento, prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, corrigir os erros e colmatar as omissões apontadas ao caderno de encargos, receber e analisar as propostas. -----

----- 3. Aprovar o texto e conteúdo do Protocolo para Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes, aqui junto, em minuta.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----



**Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes para  
Contratação das Ações Comuns no Âmbito da Candidatura  
“Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português Interior  
de Santiago” – Prestações de Serviços de Elaboração de Manuais e  
Capacitação de Recursos Humanos**

----- 9 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – Enquadramento -----

----- Analisada a viabilidade da concretização de aquisições em conjunto, por parte dos municípios que apresentaram uma candidatura para Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português Interior de Santiago, aprovada no âmbito da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, relativamente ao ajuste direto para a contratação de “Prestação de serviços de Elaboração de Manuais e Capacitação de Recursos Humanos no Caminho Português Interior de Santiago”. -

----- Verificada a possibilidade estatuída no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação mais atual, de constituir um agrupamento de entidades adjudicantes, agregando os Municípios de Castro Daire, Chaves, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Viseu com vista ao procedimento de formação de um contrato de “Prestação de serviços de Elaboração de Manuais e Capacitação de Recursos Humanos no Caminho Português Interior de Santiago”. -----

----- Sendo necessário nomear um representante do Agrupamento de Entidades Adjudicantes. ---

----- Considerando ainda que importa aprovar um regulamento de funcionamento do Agrupamento de Entidades Adjudicantes. -----

----- II – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em face do exposto, tenho a honra de propor, que a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião delibere: -----

1. Sobre a integração do Município de Santa Marta de Penaguião no agrupamento de entidades adjudicantes, conforme exposto; -----
2. Autorizar que, constituído o Agrupamento, este nomeie o Município de Vila Pouca de Aguiar como mandatário e que lhe sejam delegadas as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento



do procedimento pré-contratual, a elaboração das peças do procedimento, prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, corrigir os erros e colmatar as omissões apontadas ao caderno de encargos, receber e analisar as propostas. -----

3. Aprovar o texto e conteúdo do Protocolo para Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes, aqui junto, em minuta.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

**Aprovação do Plano de Segurança e Saúde em fase de Obra da Empreitada “Construção de Parque de Caravanismo – Santa Marta de Penaguião”**

**– Ratificação de Despacho**

----- 10 – Presente à reunião, para ratificação, o despacho do Senhor Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o seguinte teor: -----

----- *“Aprovo o Plano de Segurança e Saúde em fase de obra da empreitada em questão, nos termos propostos. Determino que se proceda em conformidade com o proposto com os Serviços Técnicos.”* -----

----- O referido despacho recaiu sobre a informação da Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana, que a seguir se transcreve: -----

----- “Considerandos: -----

----- No dia 10 de fevereiro de 2020 foi apresentado pelo empreiteiro o Plano de Segurança e Saúde em fase de obra. Da análise verifica-se que o mesmo cumpre os requisitos legais em vigor, pelo que é validado tecnicamente pelo técnico signatário. -----

----- Considerando que a próxima reunião da Câmara Municipal se realizará a 18 de fevereiro de 2020, o contrato foi celebrado a 17 de janeiro de 2020 e segundo o n.º 1 do artigo 359.º do CCP

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**



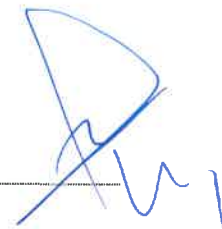
(Código do Contratos Públicos) a consignação deve ser efetuado no prazo de 30 dias após a data da celebração do contrato, ou seja, 17 de fevereiro de 2020. -----

----- Nestes termos e em coerência com as razões de facto e de direito tomo a liberdade de propor ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara que aprove o Plano de Segurança e Saúde em fase de obra, em anexo, nos termos do clausulado no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, 29 de outubro, devendo o assunto ser levado à próxima reunião de Câmara para ratificação, em conformidade com o disposto no n.º 3, do artigo 35.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Caso a presente proposta mereça a aprovação de V. Ex.ª deve-se dar conhecimento ao empreiteiro do seguinte: -----

1. Da aprovação do Plano de Segurança e Saúde em fase de obra, ficando este com o ónus de informar os subempreiteiros e trabalhadores independentes por si contratados, antes da respetiva intervenção no estaleiro, da totalidade ou parte do plano que devam conhecer por razões de prevenção, caso seja aplicável. -----
2. O referido plano deverá ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----
3. Sempre que se detete algo de anormal que possa constituir um risco e que não esteja previsto no Plano apresentado, os trabalhos deverão ser interrompidos até que seja definida uma estratégia segura para a continuação dos mesmos, que terá de ser previamente e obrigatoriamente validada pela Coordenação de Segurança e aprovada pelo Dono de Obra." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º o anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----



**“Construção de Parque de Caravanismo – Santa Marta de Penaguião” – Nomeação do Coordenador de Segurança em Obra**

----- 11 – Presente à reunião, para ratificação, o despacho do Senhor Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o seguinte teor: -----

---- *“Aprovo a nomeação do Coordenador Técnico de Segurança em Obra. À reunião de Câmara para ratificação nos termos propostos.”* -----

----- O referido despacho recaiu sobre a informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana, que a seguir se transcreve: -----

----- “I - ENQUADRAMENTO -----

----- Através da deliberação da reunião de Câmara datada de 7 de novembro de 2019, o Município de Santa Marta de Penaguião procedeu à abertura do procedimento pré-contratual de concurso público conducente à adjudicação da empreitada supra. -----

----- De harmonia com a deliberação do Executivo Municipal em reunião de Câmara de 18 de dezembro de 2019, o Município de Santa Marta de Penaguião adjudicou à empresa SOTERRA, Lda. NIF 513955143 a execução da referida empreitada. -----

----- O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas n.º 1/2020, no dia 17 de janeiro de 2020. -----

----- O preço contratual da proposta adjudicada é de 170.700,00€ (cento e setenta mil e setecentos euros), acrescido do valor do I.V.A.. à taxa legal em vigor. -----

----- O Prazo de execução da obra é de 240 dias após a competente assinatura do auto consignação dos trabalhos. -----

----- II – SUBSUNÇÃO JURÍDICA -----

----- Com o escopo de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, determina o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, diploma que regula as Condições de Segurança e de Saúde no Trabalho em Estaleiros Temporários ou Móveis, que o dono de obra deve nomear um coordenador de segurança em obra. -----

----- II – Da Proposta em Sentido estrito -----

Destarte, considerando que o/a: -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**



- i) Contrato administrativo foi celebrado a 17 de janeiro de 2020 e sendo condição de acordo com o clausulado no n.º 1 do artigo 359.º do CCP (Código do Contratos Públicos); -----
- ii) Consignação esteja concluída em prazo não inferior a 30 dias após a data da celebração do contrato, ou seja, 17 de fevereiro de 2020; -----
- iii) Encontram-se reunidos todos os requisitos formais para dar cumprimento integral ao clausulado no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 273/2003, de 29 de outubro; -----
- iv) A próxima reunião da Câmara Municipal somente se realizará no dia 18 de fevereiro de 2020; -----

----- Nos termos e fundamentos expostos tomo a liberdade de propor ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara que nomeie o Engenheiro Civil, Sérgio Alberto Borges Teixeira como Coordenador de Segurança em obra para a empreitada Construção de Parque de Caravanismo – Santa Marta de Penaguião, devendo o assunto “in casu” ser levado à próxima reunião de Câmara para ratificação, conforme clausulado no n.º 3, do artigo 35.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º o anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

**“Construção de Parque de Caravanismo – Santa Marta de Penaguião” – Nomeação do Diretor de Fiscalização da Obra**

----- 12 – Presente à reunião, para ratificação, o despacho do Senhor Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o seguinte teor: -----

----- *“Aprovo a nomeação do Diretor de Fiscalização da Obra. À reunião de Câmara para ratificação nos termos legais.”* -----

----- O referido despacho recaiu sobre a informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana, que a seguir se transcreve: -----

----- **“I - ENQUADRAMENTO** -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**



----- Através da deliberação da reunião de Câmara datada de 7 de novembro de 2019, o Município de Santa Marta de Penaguião procedeu à abertura do procedimento pré-contratual de concurso público conducente à adjudicação da empreitada supra. -----

----- De harmonia com a deliberação do Executivo Municipal em reunião de Câmara de 18 de dezembro de 2019, o Município de Santa Marta de Penaguião adjudicou à empresa SOTERRA, Lda. NIF 513955143 a execução da referida empreitada. -----

----- O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas n.º 1/2020, no dia 17 de janeiro de 2020. -----

----- O preço contratual da proposta adjudicada, é de 170.700,00€ (cento e setenta mil e setecentos euros), acrescido do valor do I.V.A.. à taxa legal em vigor. -----

----- O prazo de execução da obra é de 240 dias após a competente assinatura do auto consignação dos trabalhos. -----

----- II – SUBSUNÇÃO JURÍDICA -----

----- Determina o artigo 344.º do Código dos Contratos Públicos, que são partes no contrato de empreitada de obras públicas o dono da obra e o empreiteiro, e que durante a execução do contrato o dono de obra é representado pelo Diretor de Fiscalização da Obra. -----

----- III – DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Destarte, considerando que o/a: -----

----- i) Contrato administrativo foi celebrado a 17 de janeiro de 2020 e sendo condição de acordo com o clausulado no n.º 1 do artigo 359.º do CCP (Código do Contratos Públicos); -----

----- ii) Consignação esteja concluída em prazo não inferior a 30 dias após a data da celebração do contrato, ou seja, 17 de fevereiro de 2020; -----

----- iii) Encontram-se reunidos todos os requisitos formais para dar cumprimento ao clausulado no artigo 344.º do Código dos Contratos Públicos; -----

----- iv) A próxima reunião da Câmara Municipal somente se realizará no dia 18 de fevereiro de 2020; -----

----- Nos termos e fundamentos expostos tomo a liberdade de propor ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara que nomeie o Engenheiro Civil, Sérgio Alberto Borges Teixeira como Diretor de Fiscalização da empreitada da obra pública “Construção de Parque de Caravanismo – Santa Marta de Penaguião”, devendo o assunto “in casu” ser levado à próxima reunião de Câmara para



ratificação, conforme clausulado no n.º3, do artigo 35.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º o anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,  
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**  
**Serviço do Desporto**

**Grupo Cultural e Desportivo de Sever – Programa  
de Desenvolvimento Desportivo para a Época  
2019/2020 – Taekwondo**

----- 13 – Presente à reunião ofício do Grupo Cultural e Desportivo de Sever, dando conhecimento do Plano de Desenvolvimento Desportivo para a Época 2019/2020, com o seguinte teor: -----

----- “O Grupo Cultural e Desportivo de Sever (GCDS) – Secção de Desporto tem como principal objetivo promover a atividade física. -----

----- Em 2015 implementamos a prática do TAEKWONDO no Concelho de Santa Marta de Penaguião e o balanço das épocas que se seguiram é francamente positivo. -----

----- Podem praticar esta modalidade indivíduos de todas as idades e de ambos os sexos. -----

----- Estes praticantes são federados o que lhes permite entrar em competições e exames de graduação. -----

----- Apesar de a nossa associação pertencer territorialmente à Freguesia de Sever, tem atletas de todo o Concelho, pelo que está bastante divulgada e a despertar interesse. -----

----- Depois da implementação deste projeto ter sido um sucesso, é importante o apoio do Município para ser possível dar continuidade à sedimentação do mesmo, tendo em consideração as elevadas despesas com o transporte dos praticantes, inscrições e seguro dos atletas, aquisição



de equipamento, organização de exames de graduação, torneios nacionais, encontros e intercâmbio entre praticantes, entre muitas outras. -----

----- Serve assim o presente, para enviar em anexo uma proposta do Programa de Desenvolvimento Desportivo para a época 2019/2020. -----

----- Agradecemos desde já toda e qualquer colaboração que o Município possa dar no intuito de prosseguir este objetivo e renovamos a disponibilidade do GCD Sever para cooperar e interagir com o Município nas atividades que organizar." -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 2020/229. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 2.000,00€ (dois mil euros), bem como a minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município e o Grupo Cultural e Desportivo de Sever.** -----

**Grupo Cultural e Desportivo de Sever – 1º Seminário  
Taekwondo para Todos e 1ª e 2ª Jornadas da Liga da  
Associação Portugal Taekwondo Norte – Pedido de  
Comparticipação Financeira**

----- 14 – Presente à reunião ofício do Grupo Cultural e Desportivo de Sever, a dar conhecimento que realizaram o 1º Seminário Taekwondo para Todos e as 1ª e 2ª Jornadas da Liga da Associação Portugal Taekwondo Norte. -----

----- Sendo, este um evento de âmbito regional que abrange toda a região norte de Portugal e uma prova importante no calendário nacional da modalidade, na qual o Grupo Cultural e Desporto de Sever marca presença, solicitam à Câmara Municipal um apoio financeiro no valor de 1.500,00€, para minimizar a despesas inerentes aos referidos eventos. -----



----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 2020/230. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros).** -----

### **Grupo Cultural e Desportivo de Sever**

#### **- TAEKWONDO – Ranking Nacional**

----- 15 – Presente à reunião ofício do Grupo Cultural e Desportivo de Sever, registado sob o n.º 322 de 13 de fevereiro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “Após a realização da fase das eliminatórias que decorreram em cada uma das 3 associações regionais da Associação Portugal Taekwondo - Norte, Centro e Sul e Ilhas - decorreu no dia 2 de Fevereiro de 2020 em Amarante a Super Liga Nacional - Portugal Taekwondo. -----

----- O GCD Sever esteve presente tendo os seus atletas obtido as seguintes classificações na vertente de combates: -----

----- CAMPEÃO NACIONAL: - Lara Fernandes (Cadete + 59kg), - David Costa (Cadete - 61 kg). -----

----- VICE-CAMPEÃO NACIONAL: - Mateus Reverendo (Cadete - 57 kg) -----

----- MEDALHA DE BRONZE: - Mateus Reverendo (Cadete - 61 kg) -----

----- OUTRAS CLASSIFICAÇÕES: - Pedro Borges (Sénior + 87 kg) - 4.º lugar, - Rodrigo Saraiva (Cadete - 59 kg) - 7.º lugar, - Francisco Morais (Cadete - 33 kg) - 8.º lugar. -----

----- PARTICIPAÇÃO COMO ARBITRO: - Fernando Cardoso, - Trajano Borges, - Emanuel Costa -----

----- De realçar a participação do atleta MARTIM BORGES no escalão de Pré-Cadete (não pontuável), que teve uma participação muito acima da média, tendo ganho 5 dos 6 Combates que efetuou durante a época desportiva. -----

----- Estes resultados são bastante relevantes para o clube, pois para além dos pódios, o mais importante é verificar a evolução dos atletas, tanto dos que participaram no campeonato, como daqueles que pelas mais variadas razões não tiveram essa oportunidade, mas que são muito importantes para nós. -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**



----- Realçamos igualmente a participação como árbitros de 3 dos nossos atletas, dado que esta é uma função muito específica, de concentração máxima e importantíssima para que os torneios corram dentro da legalidade. -----

----- A Direção do GCD Sever agradece a dedicação de todos os atletas e ao Mestre Joel Ferreira (3.º DAN). -----

----- Continuamos a levar o nome da nossa associação, da Freguesia que nos dá o nome e do nosso lindo Concelho de Santa Marta de Penaguião por todo o país e estrangeiro. -----

----- Por fim, agradecemos ao Município pelo apoio que nos tem dedicado aos mais vários níveis, assim como à Junta de Freguesia de Sever." -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Clube de BTT Trilhos de Penaguião – Plano de  
Atividades/Encargos Financeiros Época Desportiva  
2020 – Pedido de Comparticipação Financeira**

-----16 – Presente à reunião ofício do Clube de BTT Trilhos de Penaguião, registado sob o n.º 328 de 13 de fevereiro, do corrente ano, a dar conhecimento do Plano de Atividades para o ano de 2020 e dos Encargos Financeiros previstos para a Época Desportiva. -----

----- Das atividades que o Clube se propõe desenvolver, destacam a participação do Clube de BTT nas Provas da Taça Regional de XCM e nas Provas de Estrada, cujas despesas estão estimadas em 750,00€ e para as quais, solicitam uma comparticipação financeira. -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 2020/231. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros).** -----



**Serviço da Ação Social**

**Centro Social e Paroquial de Santa Eulália da Cumieira –  
Construção de Sistema de Bombagem de Águas Residuais  
Domésticas – Pedido de Comparticipação Financeira**

-----17 – Presente à reunião ofício do Centro Social e Paroquial de Santa Eulália da Cumieira, registado sob o n.º 321 de 13 do corrente mês de fevereiro, a dar conhecimento da necessidade da Construção de Sistema de Bombagem de Águas Residuais Domésticas. -----

----- Estando os trabalhos orçados em 6.055,85€, solicitam à Câmara Municipal um apoio financeiro para a realização dos mesmos. -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 2020/233. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 6.055,85€ (seis mil e cinquenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor até ao montante de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros).** -----

----- O Senhor Vereador do PPD/PSD, Norberto Pinto Teixeira, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Deu entrada no passado dia 15 de outubro um requerimento do Senhor Vereador do PSD a solicitar informação relativamente à necessidade urgente da substituição da bomba elevatória dos esgotos domésticos da Instituição. Ficamos espantados que a resposta a este requerimento tenha sido efetuada cerca de 4 meses depois. A situação é do conhecimento do Município há mais de 1 ano.”* -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, disse: *“relativamente à declaração do Senhor Vereador, cumpre-me informar que a situação em causa é da responsabilidade do Centro Social e Paroquial de Santa Eulália.”* -----



----- “Assim sendo, o Município disponibilizou-se desde a primeira hora a colaborar com a Instituição na resolução do problema o que se concretiza com a presente deliberação, participando na totalidade os trabalhos a realizar.”

### Serviço do Turismo

#### **AMREN2 – Associação Municipal da Rota da Estrada Nacional 2 – Participação na BTL 2020 – Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 18 – Presente à reunião informação dos Serviços, com o seguinte teor: -----

----- “À consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara: -----

----- A Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 (AMREN2) foi constituída em 5/11/2016, com a finalidade de prossecução de interesses comuns aos Municípios que a integram, no sentido de promover o turismo e desenvolver económica e culturalmente todos os Municípios que são atravessados pela Estrada Nacional 2. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Geral da AMREN2 deliberou, sob proposta do Conselho Diretivo desta associação, em 11/10/2019 a solicitação de inserção do valor de 10.000,00€ no Orçamento Municipal, de cada Município, para 2020, para fazer face à promoção da Rota e de ações que se demonstrem pertinentes para este projeto, em estrito cumprimento do artigo 31.º dos Estatutos da AMREN2. -----

----- Atendendo que se realiza anualmente um evento de cariz promocional para o turismo nacional, com dimensão internacional, o Conselho Diretivo da AMREN2 deliberou a participação da Entidade na Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL 2020, com a ocupação de um *stand* promocional. A BTL é a maior plataforma de contactos em Portugal relacionada com o Turismo. Oferece aos profissionais a oportunidade de conhecer em profundidade o mercado nacional e internacional. É a montra para as últimas novidades e inovações tecnológicas dos setores. Oferece ao público em geral a oportunidade de escolher novas soluções e destinos para as férias a preços altamente competitivos. -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**



----- Este certame é visitado por mais de 70.000 pessoas, sendo por isto uma ótima oportunidade de promoção para a Rota da Estrada Nacional 2 e para todos os concelhos atravessados por esta mítica estrada. -----

----- O *stand* da AMREN2 para a edição da BTL 2020 terá uma área de 90 m<sup>2</sup>, e apresentar-se-á com a temática: Património na Estrada Nacional 2. Os custos totais da participação da AMREN2 neste certame aproximam-se dos 40.000,00€ (valor com iva incluído). -----

----- Por forma a racionalizar a operação, cada município associado terá de contribuir para o *stand* com 1.200,00€, bem como com atividades lúdicas, à semelhança do ano transato (teatro, grupos de cantares, mascotes e outras atividades com relevância para o evento). -----

----- Neste sentido, o Conselho Diretivo da AMREN2 deliberou que cada Município deveria contribuir com 1.200,00€ para suportar as despesas com a logística da participação no evento. Os custos com *merchandising* e material informativo serão da responsabilidade da AMREN2. -----

----- Assim, nos termos expostos e considerando que: -----

----- - O Município de Santa Marta de Penaguião faz parte da AMREN2 - Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2; -----

----- - A participação na BTL é uma mais-valia para a promoção do nosso território, bem como dos agentes turísticos locais (alojamento, quintas com serviços turísticos e restauração); -----

----- - Existe uma verba prevista na ação 7/2017 do PAM para este tipo de despesas; -----

----- - Constituem atribuições do Município o turismo e a promoção do desenvolvimento; -----

----- - Constituem competências da Câmara Municipal definir o tipo de apoio a atribuir às associações legalmente constituídas, para promoção de atividades de interesse para o Município e promover atividades de natureza cultural e de interesse municipal; -----

----- Nos termos e ao abrigo das alíneas e) e m) do artigo 23.º e das alíneas o) e u) do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho ao Exmo. Sr. Presidente que se digne autorizar a contribuição para a AMREN2 do valor de 1.200,00€ (mil e duzentos euros) para a comparticipação do *stand* da Rota da Estrada Nacional 2 na BTL 2020." -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 2020/221. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 1.200,00€ (mil e duzentos euros).** -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 04 de 18 de fevereiro de 2020**

---

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, ausentou-se na discussão e votação deste ponto. -----

---- O Senhor Vereador do PPD/PSD, Norberto Pinto Teixeira, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

---- *“Relativamente ao valor de 1.200,00€ merece a nossa concordância. Quanto à participação dos 10.000,00€ do Orçamento Municipal não concordamos por não termos acesso ao Plano e Orçamento da Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2.”* -----

----- A Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, disse: *“a eventual inscrição dos 10.000,00€ foi decisão tomada pela Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, pelo que não se reconhece competência ao Senhor Vereador para se pronunciar sobre tal decisão.”* -----

### **APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO**

#### **Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião**

----- 19 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,

(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,

(Luís Reguengo Machado, Dr.)